



## AUTORIDADE VERSUS AUTORITARISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andressa dos Santos Goffi, Alice de Lima Przyvara

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná. goffiandressa@gmail.com alicethamara@hotmail.com*

**Resumo:** Nota-se ainda hoje o discurso de que a maior dificuldade no trabalho docente é lidar com questões de indisciplina, a pesar de se ter muitos estudos, e se discutir nas formações acadêmicas. Para Taille (1996, p.9) “Parece ser esta a queixa atual, traduzida notadamente pelo vocábulo ‘limite’: as crianças hoje, não teriam limites, os pais não os imporiam, a escola não os ensinaria, a sociedade não os exigiria, a televisão os sabotaria etc”. Esta problemática é justificada por alguns professores como decorrente do professor ter perdido a sua autoridade perante os alunos. Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar a prática pedagógica de três professoras de um centro de educação infantil localizado no município de Francisco Beltrão – PR, com a finalidade de discutir sobre questões relacionadas a autoridade e autoritarismo docente, perpassando pelos comportamentos das crianças tratadas pelo docente como questões de indisciplina, se realmente é um problema, algo negativo, ou se o educador necessita refletir sobre, para modificar ou adaptar sua prática educativa. Com base nisto, foram realizadas observações, e dialogado com professoras da educação infantil e estudos bibliográficos sobre a temática. Que nos levou a refletir sobre o papel de extrema importância do professor enquanto orientador do sujeito no seu processo de formação humana, por meio da elaboração e entendimento da necessidade do cumprimento de regras sociais e da atuação do indivíduo enquanto cidadão que necessita também posicionar-se frente as regras já instituídas para o convívio em sociedade. Desta forma, ressalta-se a grande relevância deste estudo e conseqüentemente de maiores estudos sobre a temática aqui tratada.

**Palavras-chave:** Autoridade, Autoritarismo, Educação Infantil, Disciplina, Indisciplina.

### INTRODUÇÃO

Durante nosso estágio de observação e regência na educação infantil, sentimos uma grande dificuldade das professoras em lidar com alguns comportamentos das crianças, como o choro, as brigas verbais e físicas, não querer dividir os brinquedos ou brincar com o colega. Frente a essas atitudes as professoras identificavam as mesmas, como: indisciplinado, “manhoso”, “chorão”, “briguento”, “birrento”, individualista, entre outros.

E no percorrer da nossa regência esses comportamentos também ocorreram, ficando ainda mais evidentes. Visto que naquele momento nos teríamos que agir frente aos acontecimentos, e conforme os estudos realizados na graduação sabemos que não poderíamos agir como as práticas cotidianas observadas anteriormente. Devido a isso, neste trabalho vamos refletir sobre questões relacionadas a autoridade e autoritarismo docente.

Indagando: Qual é a diferença entre autoridade e autoritarismo docente? Na educação infantil como exercer a autoridade sem ser autoritário no processo de ensino e aprendizagem



de crianças pequenas? Quais as ações docentes que demonstram sua autoridade ou autoritarismo, para resolver os conflitos existentes?

A partir destas indagações procuramos fundamentar-nos em autores que discutem sobre a temática dentre eles destacam-se: Luna e Davis (1991), Aquino (1996), Machado (2014), e Freire (1996).

Este estudo teve início de atividades realizadas em um Centro de Educação infantil, por meio da disciplina de Prática de Ensino e Pesquisa sob a forma de Estágio Supervisionado, parte integrante da grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Dividida em três etapas: A primeira etapa de observação participativa, para conhecimento da dimensão institucional e contato com a sala de aula; a segunda etapa de planejamento e regência na mesma turma observada anteriormente, e a terceira etapa de escrita do memorial refletivo, com a finalidade de relatar uma problemática observada no CMEI, e buscar respostas a essa, por meio de leituras e escritas sobre a temática.

Neste sentido, ao longo deste estudo relataremos algumas práticas pedagógicas que vivenciamos e que podem ser comuns em sala de aula, mas que são ineficientes a nosso ver, visto que a situação não se resolve, voltando a repetir-se, de maneira igual ou ainda pior. Além disso, buscamos por meio de estudos bibliográficos entender quais as práticas poderiam ser mais apropriadas.

## **AUTORIDADE VERSUS AUTORITARISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Sabe-se que a escola tem importante papel como espaço de integração e socialização do indivíduo. Portanto, é dever de todos que a compõe, proporcionar aos educandos um espaço educativo diverso e coletivo, que se preocupe com as situações que perpassam por este meio, respeitando a individualidade de seus alunos.

Para Aquino (1996) a escola tem seu papel, interpretado de diferentes maneiras: como o lugar de assimilação do saber elaborado historicamente; como instrutiva para o mercado de trabalho; e como mediadora no processo de inserção do indivíduo na sociedade. Desta forma, o autor discorre a duas definições distintas: sócio histórico, que considera que a escola organiza-se ao longo do tempo, conforme as transformações da sociedade, apresentando princípios autoritários para manter o silêncio, uma hierarquia, definição de um modelo ideal de aluno, que deveria ser seguido por todos, caso contrário, eram feitas sanções. E psicológico, reconhece a importância da relação escola e família no processo educativo,



bem como a autoridade, o estabelecimento de regras para o diálogo entre o professor - aluno, e aluno - aluno.

Inicialmente então, apresentamos alguns anseios relatados pelas professoras a nós no momento do estágio, e que muitas vezes afligiram-nos durante a nossa regência, e que nos instigaram a discutir se isto realmente é um problema, algo negativo, ou se o educador necessita refletir sobre, para adaptar ou modificar a sua prática educativa.

As professoras demonstraram certa inquietação nos momentos de explicação dos conteúdos, devido às conversas, brigas, brincadeiras, entre as crianças, passeios pela sala, que em certos momentos foram tomadas medidas de castigos, gritos para que ouvissem o que elas estavam falando, ocasionando na maioria das vezes um maior tumulto ou o silêncio total na sala.

Isto foi relatado por elas como as suas maiores dificuldades de executar o seu trabalho educativo, porque segundo elas, na educação infantil é muito difícil o trabalho em grupo, atenção e o silêncio dos alunos por muito tempo, as atividades necessitam ser breves, e despertarem a curiosidade, a fantasia na criança, para que elas tenham interesse.

Durante nosso estágio de regência também sentimos grande dificuldade em manter a atenção dos mesmos, durante a explicação das atividades, era muito difícil manter a atenção deles por muito tempo, alguns não demonstravam interesse algum ou compromisso com o tema e com os materiais escolares, não conseguiam dividir com os colegas os materiais ou brinquedos. Tentamos resolver essas questões pela conversa, com acordos, mas nem sempre foi possível, talvez pela nossa falta de experiência, não sabíamos ao certo como lidar com a situação, ou ainda por não estarem acostumados a resolver essas problemáticas por meio do diálogo.

Machado (2014) aponta que a “inquietação infantil” deve ser analisada pelo professor como uma das consequências de um espaço físico inadequado, que não proporciona ao educando a livre movimentação para o seu desenvolvimento, ou ainda práticas pedagógicas que forçam os alunos a manterem-se calados, sem movimentar-se.

Para Gonçalves (1994), o ensino desta forma define,

A aprendizagem de conteúdos é uma aprendizagem sem corpo, e não somente pela exigência de o aluno ficar sem movimentar-se, mas sobre tudo, pelas características dos conteúdos e dos métodos de ensino, que o colocam em um mundo diferente daquele no qual ele vive e pensa com seu corpo. ( p.33).

Ou seja, a aprendizagem passa a ser um tarefa distante da realidade do educando, desconexa do seu corpo, não os fazendo sentido. O estabelecimento de limites do professor



com seus alunos, é extremamente necessário, porém, os objetivos dos limites devem estar claros as crianças.

A apatia e a indiferença da criança diante do mundo e de seus objetos pode ser sinal de inteligência lenta, retardo mental ou problemas graves do desenvolvimento psíquico. É importante observar o seu grau de curiosidade e participação em relação ao que o cerca, atentando a uma excessiva distração ou alienação (MACHADO, 2014, p. 163).

Ou seja, o professor deve ser um observador e mediador em sala de aula, percebendo nos seus alunos a frequência e a maneira como a criança reage frente às atividades propostas, de modo a buscar respostas as suas atitudes, se são ocasionadas pela maneira com que o docente dirige as atividades, com poucos estímulos, sem demonstrar a importância da execução, sem fazer sentido à criança, não dando importância aos seus anseios e curiosidades, ou ainda, se isto não é ocasionado por fatores externos ou psicológicos, que devem ser encaminhados para um acompanhamento mais específico.

Além disso, Machado (2014) aponta que “a criança que rasga e quebra busca eliminar algo ou alguém que a perturba e que a faz sentir-se insegura, revoltada, violenta desajustada e carente. Essa é uma criança que precisa de orientação firme e repleta de afeto, aceitação e paciência”. Que quando é lidada pelo adulto com atitudes agressivas para conte-la, pode gerar problemas emocionais futuros, que deveriam ser evitados, por meio do entendimento, diálogo, afetividade do adulto em relação a criança, e também pelo esporte, que auxilia na liberação de energia.

Outro fator que nos chamou a atenção foi o tratamento dado ao choro da criança. Dois casos em específico, um de um menino, e um de uma menina. O menino nos momentos de brincadeira livre, sempre queria o brinquedo que o colega estava brincando e para conseguir o brinquedo ele gritava como se estivesse chorando, mas sem sair uma lagrima até a criança que estava com o brinquedo resolver repassar para ele, tentemos conversar com ele várias vezes, nas primeiras vezes ele continuava a chorar apontando para o brinquedo, e as professoras vendo, diziam “não adianta, pura barda, ele é sempre assim”, depois de várias conversas, ele começou a parar de chorar no momento que estava conversando com ele, notou-se uma pequena mudança no seu comportamento, a pesar de ainda todas às vezes ele chorar e querer o brinquedo do outro, conseguiu-se estabelecer alguns acordos de partilha do brinquedo com o colega.

Machado (2014) fala sobre a birra e o choro, que geralmente são ocasionados, na frustração, negação da criança a uma exigência, intimando o adulto a sua volta, por isso, o professor, deve agir firme com a criança, pois, sua atitude pode intensificar, estimular que



esses comportamentos voltem a repetir-se todas as vezes que a criança quiser algo, que não consegue se não pelo choro. Também não se pode deixar a criança sozinha, até cansar e parar, é necessário que o professor explique, converse, deixe claro para a criança de que dessa maneira não tem a possibilidade de conseguir o que deseja.

Durante a regência uma menina no momento de brincadeira no parque ela chorava muito e tremia, dizendo que queria a mãe, por que tinha medo de balanço, a professora dizia que era bardo para ligar para a mãe vir buscar ela mais cedo, pois, semanas antes a mãe estava trabalhando voluntariamente na limpeza da escola e ela sabia que a mãe estava em casa naquele momento. Tentemos conversar com ela, mas nada a consolava, continuava a chorar, tremer, soluçar, queria ficar o tempo todo abraçada comigo. Uma das professoras depois de um tempo, falou-me que o pai e a mãe brigavam bastante em casa, que talvez este fosse o motivo, talvez estivesse preocupada com o que pudesse estar acontecendo em casa. Para Machado (2014) nestas situações

A melhor maneira de apoiá-la é aceitar o fato de que a criança está com medo. Dar-lhe segurança e consolo para que se sinta bastante forte para enfrentar o que lhe amedronta. Muitas vezes, basta se aproximar da criança, dizer-lhe algumas palavras tranquilizadoras ou dar-lhe a mão para que ela se sinta mais segura e enfrente o medo. (p. 165).

O professor em momento algum deve tomar atitudes que demonstrem indiferença ao medo da criança, precisa procurar entender a situação que está ocasionando este, para assim explicar por meio do diálogo com a criança sobre as suas causas, para que esta tenha segurança e entenda a necessidade de enfrenta-lo. A empatia ao medo da criança pode agravar ainda mais este problema, por isso a conversa é essencial neste momento.

Diante do exposto, notamos que a pesar de se ter muitos estudos hoje, e se discutir nas formações acadêmicas, ainda tem-se o discurso de que a maior dificuldade no trabalho docente é lidar com essas questões, que são tratadas como questões de indisciplina, decorrentes do professor ter perdido a sua autoridade perante os alunos.

Para Taille (1996, p.9) “Parece ser esta a queixa atual, traduzida notadamente pelo vocábulo ‘limite’: as crianças hoje, não teriam limites, os pais não os imporiam, a escola não os ensinaria, a sociedade não os exigiria, a televisão os sabotaria etc”. O autor discute que as transformações ocorridas na organização da família, e conseqüentemente na sociedade, são fatores contribuintes para essa mudança na forma de ver e pensar a criança, antes vista como um mini adulto, e agora voltada a criança para o centro das relações, ocasionando muitas vezes nos adultos a sua volta um certo receio em contraria-las e na imposição de regras.



Tendo em vista essas compreensões, a seguir trataremos, sobre autoridade e autoritarismo, visto que essas palavras muitas vezes são tratadas de maneira igual pelas pessoas, constituindo-se em um grande erro, pois autoridade e autoritarismo não são sinônimos, e sim conceitos diferentes.

Para a corrente do individualismo “[...] é inadmissível que pessoas capazes de pensar, desejar e agir de forma independente o façam segundo determinações externas, originárias ora dos pais, ora dos educadores, ora de políticos e etc” (DAVIS; LUNA, 1991, p. 66). Ou seja, essa corrente faz uma crítica a autoridade, pois a entende como uma imposição aos indivíduos para a padronização dos sujeitos, com o estabelecimento de regras, credos, modos de vida, que são impregnados ao indivíduo, com o discurso de organização da sociedade, e que por este motivo o sujeito enquanto ser pensante deve questioná-las, devido que não necessita de determinações, o mesmo é capaz de tomar decisões próprias, e na medida em que essa autoridade se apresenta sobre ele, é sanada a sua liberdade.

Já para o determinismo “a ação do homem é vista como sendo sempre causada por um conjunto de fatores, minimizando-se nessa medida, a liberdade que se supõe orientar a ação” (DAVIS; LUNA, 1991, p. 66). Entende-se que o agir do sujeito é decorrente das relações e do seu contato com a natureza, os acontecimentos já estão determinados, o indivíduo não possui controle sobre esses, deixando de ser o centro o indivíduo, e pensando no coletivo, em uma ordem externa, que dita regras aos sujeitos, que devem ser acatadas pelos mesmos, sem questioná-las, para a sua sobrevivência na sociedade, para a civilização dos povos.

A partir dessas duas correntes, Davis e Luna (1991) chama atenção de que o homem não é somente determinado, como também não é totalmente livre, visto que, antes mesmo do seu nascimento já existe uma sociedade, com um acervo cultural, com questões estabelecidas, na qual o indivíduo é inserido ao nascer. Porém, sua liberdade é notada na medida em que o homem entende estas determinações, que passam a fazer parte das suas tomadas de decisões e consequentemente das suas ações enquanto seres humanos.

Neste sentido, Gonçalves (1994), ressalta que

A escola é uma instituição social, e como tal, se encontra numa relação dialética com a sociedade em que se insere. Ao mesmo tempo que reproduz as estruturas de dominação existentes na sociedade, constitui-se em um espaço onde se pode lutar pelas transformações sociais. (p. 32).

Assim, “A verdadeira autoridade é, pois, aquela que destrói a si mesma no decorrer do processo educativo, na medida em que forma sujeitos interlocutores, capazes de pensar e



agir com independência, sem perder de vista o horizonte dos projetos comuns” (DAVIS; LUNA, 1991, p. 70). Manifesta-se na construção da autonomia do sujeito, que inicialmente, na escola passa a entender seus deveres e direitos enquanto aluno, e futuramente, demonstram-se nas suas relações pessoais, profissionais, sociais, econômicas, e no exercício da cidadania.

O professor que tem autoridade em relação aos seus alunos tem como princípio para o ensino e aprendizagem, o diálogo, o respeito, a sua qualificação, a generosidade, a disciplina em sala de aula (FREIRE, 1996). Pois, “A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta”. (FREIRE, 1996, p. 93). Não faz uso da coerção (castigos, punições, ameaças), como é percebido nas atitudes de um professor autoritário, que impõe medo nas crianças, para que realizem as atividades propostas, sem dialogar, questionar, pairando o silêncio total na sala de aula.

Machado (2014) afirma que as penalidades, repressões do docente com a finalidade de obter a disciplina do educando, não é a maneira mais adequada para isso, e pode agravar ou ocasionar outros problemas maiores. A melhor maneira é pelo exemplo do adulto, pela afetividade, pela confiança, e principalmente pelo diálogo, que a partir dos 3 anos, já é possível, começar a estabelecer limites com as crianças, sempre com paciência, várias vezes, com seriedade, retomando a necessidade dessas e saber ouvir os questionamentos das crianças, argumentar para que a criança se sinta segura em falar e entenda, faça sentido para ela as regras, que elas façam parte do processo de construção de valores. E isto pode ser realizado por meio do lúdico, pois nos jogos e brincadeiras a criança acaba se submetendo a regras para a sua efetivação, que conseqüentemente dá lugar a sua apropriação.

Ou seja, “A base de uma boa disciplina é a criança sentir-se amada. A criança bem-amada desde os primeiros meses de vida deixa-se influenciar docilmente pelas pessoas que lhe dão amor, que simpatizam com ela e que aceitam seus modos de pensar e agir” (MACHADO, 2014, p. 167).

É extremamente importante buscar entender os comportamentos das crianças, ao invés de impor um comportamento, um modelo ideal de aluno, que cria comparações, competições, preconceitos em relação as que não os seguem, pois cada criança reage de maneira única conforme o seu entendimento sobre as regras impostas.

Semelhante a isto, Aquino (1996) ressalta que o docente, deve preocupar-se com o contato do aluno com o conhecimento, com a cultura, e não com a padronização dos sujeitos, como dito anteriormente. O educador deve refletir sempre sobre a sua prática pedagógica, que



por muitas vezes precisará ser repensada, reelaborada, conforme as transformações que o seu aluno perpassa no dia a dia, entendendo que o aluno é a peça fundamental, e participante da sua educação, e por isso deve ser dialogado com o mesmo, para que opine sobre as mudanças que devem ocorrer para o melhor atender, pois cada aluno, cada sala de aula, necessita de uma proposta específica para estimular no educando o saber elaborado.

Quanto mais penso sobre a prática educativa, reconhecendo a responsabilidade que ela exige de nós, tanto mais me convenço do dever nosso de lutar no sentido de que ela seja realmente respeitada. O respeito que devemos como professores aos educandos dificilmente se cumpre, se não somos tratados com dignidade e decência pela administração privada ou pública da educação (FREIRE, 1996, p. 96)

É fundamental um trabalho coletivo entre todos que compõe o ambiente escolar para a organização do espaço conforme o sujeito a quem se destina a educação, bem como o fazer pedagógico, a elaboração das regras, de modo que o aluno compreenda e desenvolva a autonomia para além da escola. (GUIMARÃES, 1996).

Pois, a autonomia só pode ser construída em um processo contínuo em que o indivíduo vai se apropriando em cada tomada de decisão, que o proporciona a experiência. E para isto, os adultos a sua volta devem colaborar para que esta criança ou adolescente tome decisões, a pesar de muitas vezes não estar apto, porém, o adulto deve dialogar e refletir com o mesmo sobre as consequências que cada decisão ocasionará, mas é preciso que eles decidam, mesmo que aconteça de errar. (FREIRE, 1996).

A educação tem importante papel neste sentido, pois o professor atua como orientador do indivíduo em formação, para a sua consciência desse espaço determinado, para a sua formação crítica, para a autonomia em suas escolhas, para a sua postura e conduta frente as regras instituídas pela sociedade em que vive, enfim para a aprendizagem, para a apropriação e construção do saber elaborado, que só é possível por meio da autoridade do professor, que mostra a importância do respeito mútuo, das opiniões dos alunos acerca dos conteúdos estudados, e no estabelecimento e cumprimento de normas, não só para o bem comum, mas também para o individual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto da educação infantil, como visto anteriormente, apesar de existir inúmeros estudos sobre o assunto, ainda tem-se a queixa por parte dos educadores de que a maior dificuldade para desenvolver o seu trabalho é estimular a curiosidade dos alunos, para





que tenham interesse, envolvam-se com as atividades e prestem atenção. Uma saída para essas questões, a nosso ver, é a do professor refletir sempre sobre a sua prática pedagógica, se ela está atingindo o seu aluno, bem como observar as necessidades e reações deste no desenvolvimento das atividades, se a sua forma de dirigir as atividades pedagógicas deixando claro as crianças os objetivos desta.

Portanto, nota-se que o professor tem importante papel como mediador do sujeito no seu processo de formação humana, fazendo-o não só entender a necessidade da elaboração de regras como também posicionar-se frente as regras do espaço em que está inserido. Enfim, para a aprendizagem, para a apropriação e construção do saber elaborado, para a construção da autonomia, é necessário a busca do professor em compreender os comportamentos dos seus alunos, e ainda entender que cada criança é única e reage de maneiras diversas, e por conta disso o educador deve mostrar a importância do respeito mútuo, dos direitos e deveres das crianças enquanto aluno, das opiniões dos alunos acerca dos conteúdos estudados e das mudanças que precisam acontecer, que futuramente contribuiriam nas relações do indivíduo também fora do espaço escolar. Desta forma, é importante ressaltar a necessidade de maiores estudos quanto ao tema considerando a relevância da autoridade docente aqui estudada.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AQUINO, Julio R. Groppa. A Desordem na relação professor- aluno: A indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, Julio R. Groppa (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 15. ed. São Paulo: Summus, 1996.

DAVIS, Claudia; LUNA, Sérgio. **A questão da autoridade na educação**. Cad. Pesq. (76) fevereiro 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

GUIMARÃES, Áurea. Indisciplina e violência: A ambiguidade dos conflitos da escola. In: AQUINO, Julio R. Groppa (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 15. ed. São Paulo: Summus, 1996.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, pensar, agir. **Corporeidade e educação**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

MACHADO, Patrícia Brum. Comportamento infantil e sociabilidade. In. RAPOPORT, Andrea. **O dia a dia na educação infantil**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.



TAILLE, Yves de La. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio R. Groppa (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 15. ed. São Paulo: Summus, 1996.